

**Tabela 50 - Portarias e Instruções Normativas federais com reflexo na regularização fundiária. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, datas dos respectivos atos, sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U, classificadas em categorias, com descrição dos assuntos normatizados e abrangência territorial.**

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da Publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Aquicultura	Instrução Normativa Interministerial SEAP/SPU nº 01/2007.	10/10/07	11/10/07	Estabelece os procedimentos operacionais entre a SEAP-PR e a SPU/MP para a autorização de uso dos espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aquicultura.	aquicultura; autorização de uso; espaço físico; corpos d'água de domínio da União	Nacional
	Instrução Normativa Interministerial SEAP-PR/MMA/MPOG/SPU/IBAMA/CM/ANA nº 06/2004.	31/05/04	Não consta datum	Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura.	aquicultura; autorização de uso; espaço físico; corpos d'água de domínio da União	
	Instrução Normativa Interministerial SEAP-PR/SPU nº 01/2007.	10/10/07	Não consta datum	Estabelece os procedimentos operacionais entre a SEAP-PR e a SPU/MP para a autorização de uso dos espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aquicultura.	aquicultura; autorização de uso; espaço físico; corpos d'água de domínio da União	
	Portaria SPU nº 327/2007.	28/09/07	Não consta datum	A Secretaria do Patrimônio da União poderá autorizar a cessão total ou parcial de espaços físicos em águas de domínio da União entregues à SEAP-PR para fins de aquicultura.	aquicultura; autorização de uso; espaço físico; corpos d'água de domínio da União	

(continua)

**Tabela 50** (continuação)

<b>Categoria</b>	<b>Ato Normativo</b>	<b>Data do Ato Normativo</b>	<b>Data da Publicação no D.O.U.</b>	<b>Ementa</b>	<b>Assunto</b>	<b>Abrangência</b>
	Portaria SPU nº 404/2012.	28/12/12	Não consta datum	Estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido, a título de retribuição à União, enquadrando e classificando as estruturas náuticas em espaço físico em águas públicas de domínio da União, tais como lagos, rios, correntes d'água e mar territorial, até o limite de 12 milhas marítimas a partir da costa.	aquicultura; autorização de uso; espaço físico; corpos d'água de domínio da União	
	Portaria SPU nº 404/2012.	28/12/12	Não consta datum	Estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido, a título de retribuição à União.	aquicultura; autorização de uso; espaço físico; corpos d'água de domínio da União	
Gestão	Portaria Conjunta nº MPOG/SPU/IBAMA/ICMBio 255/2014.	30/09/14	01/10/14	Instituir o Grupo de Trabalho denominado "GT-Litoral/SC", com o objetivo de elaborar estudos técnicos visando a subsidiar a atuação administrativa da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina - SPU/SC, em especial no que se refere à regularidade de uso e ocupação de áreas da União no litoral catarinense.	GT; uso e ocupação de áreas litorâneas; SC	Nacional

(continua)

Tabela 50 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da Publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Comunidades Tradicionais	Instrução Normativa INCRA nº 57/2009.	20/10/89	Não consta datum	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887/2003.	comunidades quilombolas; demarcação de terras	Nacional
	Portaria Interministerial MPOG/MDA nº 210/2014.	13/06/14	Não consta datum	Competência ao MDA para outorgar a beneficiários de projetos federais de assentamento de reforma agrária e a grupos remanescentes das comunidades dos quilombos a Concessão de Direito Real de Uso - CDRU ou a transferência do domínio pleno de terrenos rurais da União, contemplados nos incisos I, III, IV e VII do art. 20 da Constituição Federal, que estejam sob gestão exclusiva da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SPU/MP.	comunidades quilombolas	

(continua)

**Tabela 50** (continuação)

<b>Categoria</b>	<b>Ato Normativo</b>	<b>Data do Ato Normativo</b>	<b>Data da Publicação no D.O.U.</b>	<b>Ementa</b>	<b>Assunto</b>	<b>Abrangência</b>
	Portaria SPU nº 89/2010.	15/04/10	16/04/10	Disciplinar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União.	comunidades tradicionais	
Terrenos de Marinha	Instrução Normativa SPU nº 02/2001.	12/03/01	05/04/01	Demarcação dos terrenos de marinha, dos terrenos marginais e das terras interiores.	terrenos de marinha; linha preamar	Nacional
	Instrução Normativa SPU nº 02/2014.	18/12/14	19/12/14	Estabelece os procedimentos utilizados na destinação de imóveis da União para regularização fundiária de interesse social.	terrenos de marinha; destinação de imóveis; regularização fundiária	
	Orientação Normativa GEADE-SPU nº 002/2001.	12/03/01	Não consta datum	Disciplina a demarcação de terrenos de marinha e seus acrescidos.	terrenos de marinha; demarcação	
	Portaria SPU nº 162/2001.	21/09/01	Não consta datum	Aprova Orientação Normativa denominar-se-á "ON-GEADE-002".	terrenos de marinha; demarcação	

(continua)

Tabela 50 (conclusão)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da Publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Unidades de Conservação - UCs	Instrução Normativa IBAMA nº 02/1998.	16/10/98	Não consta datum	Estabelece e uniformiza o procedimento administrativo acerca do processo de Identificação, Criação e Regularização Fundiária de Unidades de Conservação e revoga a Instrução Normativa IBAMA nº 51/1994.	Unidades de Conservação -Ucs; regularização fundiária	Nacional
	Portaria Interministerial MPOG/MMA nº 37/2014.	03/02/14	Não consta datum	Parâmetros para fixação do valor da cessão de uso onerosa da área afetada pelo empreendimento, a ser cobrado do concessionário, permissionário ou autorizado responsável pela distribuição ou transmissão de energia elétrica em unidades de conservação federais de uso sustentável.	Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federal	
	Portaria Interministerial MPOG/MMA nº 436/2009.	02/12/09	Não consta datum	Das áreas de domínio da União, ainda que não incorporadas ao seu patrimônio, localizadas em Unidades de Conservação Federais de posse e domínio públicos integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.	Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federal	